Uruguai: o trabalho semi-escravo nas plantações de árvores

O florestamento – impulsionado através da lei florestal de 1987 e referido ao plantio em grande escala de monoculturas exóticas – prometeu uma infinidade de benefícios para o país: exportação, indústria e milhares de novos postos de trabalho. Subsídios, isenção de impostos na importação de maquinário e equipamento industrial, imposto predial, imposto sobre o patrimônio, também créditos do Banco Mundial e do Banco República, além da possibilidade das sociedades anônimas poderem ser proprietárias de terras por exceções na lei, foram alguns dos benefícios recebidos pelos empreendedores.

“Com a experiência de quem investiu em seu próprio campo, eu lhe aconselho que analise essas oportunidades e siga o meu exemplo”, convidava o então Presidente Luis Alberto Lacalle, quem mais de uma dor de cabeça teve por seus mexericos na questão florestal. Chegaram capitais espanhóis, finlandeses, estadunidenses e canadenses e se instalaram em território uruguaio.

Em pouco mais de dez anos, o Uruguai multiplicou a quantidade de hectares utilizados no florestamento. Dos 45 mil hectares existentes no início dos anos 1990, pulou hoje para mais de 600 mil. Segundo o censo agropecuário do ano 2000, do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca, o florestamento forneceu trabalho permanente a 2.962 pessoas, embora a natureza safral desse trabalho não permita saber ao certo quantos empregos essa atividade gera. Existe uma outra dificuldade: o índice de trabalho sem carteira assinada é muito alto, principalmente nas subcontratações.

Recrutados em pequenos vilarejos, em botequins, nas fazendas onde trabalham como peões, movidos pela necessidade de trabalhar, muitos deles ignorando seus direitos trabalhistas ou com medo de que uma reclamação acabe em demissão, ou pelo fato de serem menores, os trabalhadores das plantações acabam aceitando as condições propostas sem se queixar.

Alexis Silva, 30 anos de idade, saiu de Salto e foi a Trinta e Três, para trabalhar na empresa Otalin S.A., que explora na fazenda La Candela uma área de 250 hectares plantados com eucalipto. Em se tratando dessa atividade, a transferência de pessoas de um departamento para outro é comum, sendo que também é uma forma de exercer pressão sobre os trabalhadores. Longe de casa, espernear fica mais difícil.

A operação de corte é um trabalho pesado. O machado para tirar lascas pesa entre 5 e 9 quilos, e cada tronco pesa de 40 a 100 quilos. A atividade começa ao amanhecer e acaba quando o sol se põe, de domingo a domingo, descansando arbitrariamente a cada 15, 20 ou 43 dias. No almoço, eles costumam comer aveia com chocolate e, durante o trabalho, só bebem água que não é fornecida pelo patrão, como manda a regulamentação. As disposições mandam fornecer água potável, é claro, e não da canhada, como tem sido o caso. No dia todo, o jantar é a única refeição de verdade.

Enquanto houver trabalho, os trabalhadores da plantação, salvo exceções, ficam lá no mato e devem cuidar da vida como puderem. Choças e barracos feitos com chapas, sacos de plástico, galhos, tábuas, madeiras ou qualquer outro material. A cama pode ser feita com galhos grossos de

eucalipto, às vezes com colchão. Tomar banho como puderem, jantar, tirar um som de uma sanfona com o teclado um pouco roído por ratos, e lá vão eles dormir.

Um outro serviço é o do motosserrador, quem derruba a árvore evitando acidentes e de um jeito que volte a crescer de maneira adequada. Uma vez no chão, outro trabalhador tira os galhos e faz marcas com óleo queimado a cada 2,4 metros; o homem da motosserra vai cortando pelas marcas e o descascador tira a cortiça de cada um dos rolos. Concluído esse serviço, eles fazem pilhas – dez paus na base e dois metros de altura – que, depois, são colocadas numa zorra e transportadas de caminhão para o porto. Também são feitas lascas para lenha, o que implica derrubar a árvore, tirar os galhos, cortar, fazer lascas e colocar tudo em pilhas. Seja qual for o serviço, é difícil receber mais de 150 ou 200 pesos por dia (US$ 5,5- 7), desde que o empreiteiro não faça nenhuma trapaça e antes dos descontos de praxe...

“Eu achei o fim da picada o que eles estão fazendo aí (na Otalin). Fiquei três meses, e o máximo que recebi foram mil pesos (US$ 35). Toda a grana que eu recebia ia para a venda.”, conta Rubén, 20 anos de idade. Em outros casos, o patrão paga uma parte do salário com vales que o trabalhador troca em vendas com as quais as empresas fizeram algum negócio, ou na própria fazenda.

Quando Alexis começou a trabalhar como motosserrador, teve que comprar a ferramenta, vendida pelo patrão por 600 dólares descontados em prestações de seu salário. Gasolina, óleo, correntes, limas, tudo lhe foi cobrado (“60 pesos por reposição do cabo do machado”, ficou registrado numa das notas), embora o regulamento obrigue o empregador a fazer face a essas despesas.

Rubén e Alexis enumeram os perigos do trabalho: “uma lasca que sai voando e vai direto no olho, um movimento em falso com o braço mecânico e o pau que cai em cima de alguém, uma árvore que cai em cima de um colega que está tirando os galhos, a corrente da motosserra que arrebenta e machuca a perna, uma simples escorregada ao movimentar a ferramenta...”.

Essas irregularidades todas, os abusos e o incumprimento no pagamento fizeram com que os trabalhadores, impulsionados por Silva, decidissem fazer a denúncia. No entanto, só alguns estão dispostos a entrar na Justiça; outros disseram que sabem que isso é o certo, mas que eles têm medo de “criar má fama” e não conseguir emprego novamente, “e a gente deve cuidar do trabalho”.

Fiscais do Ministério do Trabalho estiveram no local e comprovaram que as condições de vida e trabalho eram como descritas pelos trabalhadores. Por enquanto, o processo segue seu curso. Para Alexis, o principal objetivo era divulgar o que está acontecendo. “Se me oferecerem trabalho de novo, eu pego, mas não nas mesmas condições, por isso eu estou lutando”.

Fragmentos e adaptação da matéria “Empleos semiesclavos de la forestación. Los monteadores”, Mariana Contreras, Brecha, 15 de agosto de 2003.